

Governo Eletrônico

O Brasil no

Fátima Fonseca

1º Mundo

O Brasil tem uma boa classificação nas avaliações sobre governo eletrônico, com experiências inovadoras, como as do Sistema de Pagamentos Brasileiro, da Receita Federal e das urnas eletrônicas. Os serviços por meio eletrônico, disseminados a partir do final da década de 90, quando começou a ser elaborada uma política de e-gov no país, evoluíram nesta década, com a criação de uma arquitetura aberta para a definição de padrões de interoperabilidade (o e-Ping). “O estágio alcançado pelo Brasil é reconhecido como próximo ao dos países líderes mundiais”, diz Norberto Torres, professor da Fundação Getúlio Vargas e diretor do TecGov (centro de estudos de TI para governo, ligado à FGV). Ele lembra que num *benchmark* da ONU (Organização das Nações Unidas), realizado em 2001, o país ocupava o 18º lugar, num bloco de 36 países mais avançados, que foram classificados como *high e-gov*. Apesar da boa colocação, o governo eletrônico no Brasil ainda é limitado ao uso da Internet para a prestação de serviços, embora alguns governos estaduais já planejem usar outros meios para os serviços de e-gov, como o telefone celular e a TV digital. “O conceito de e-gov evoluiu e ganhou nova dimensão, incluindo ações de governança eletrônica, e-democracia e prestação de serviços”, afirma Torres. O TecGov considera cinco estágios para conceituar governo eletrônico. Alguns serviços, como o Sistema de Pagamentos Brasileiro podem

ser enquadrados na quarta geração. “É um sistema quase único no mundo e poucos países tem algo parecido”, comenta o professor da FGV. Já uma boa parte dos municípios ainda está no primeiro estágio, voltado para relacionamento e conteúdo (o segundo estágio é o da interatividade; o terceiro contempla os serviços e transações; o quarto a integração, tanto horizontal quanto vertical; e o quinto estágio é o uso da *web* para promover a e-democracia). “A proposta de quarta geração é converter tudo em componentes, com os serviços nos padrões da *web*, onde tudo passa a ser conectado. Se o governo brasileiro souber aproveitar isso, muita coisa ficará mais fácil, pois a quarta geração vai exigir uma ruptura e mudar o conceito, porque, para oferecer o serviço ao cidadão, tem que haver integração”, considera Torres. Na avaliação de especialistas em governo eletrônico, alguns Estados, como é o caso de São Paulo, fizeram bem o terceiro nível, mas ainda precisam oferecer mais serviços em meios eletrônicos. No geral, os *sites* de e-gov têm boa interface, mas não têm integração, à exceção dos serviços do Poder Judiciário. Nos governos estaduais, o e-gov é bem estruturado, principalmente nas áreas de educação, saúde e fazendária. Já os municípios são mais atrasados e alguns especialistas vêem como saída o compartilhamento de soluções entre as prefeituras de menor porte.